

13/11/2015 16:52 - Por dano ambiental: Ministério Público ingressa com ação contra o estado

O Ministério Público do Estado de Rondônia (MP-RO), por meio da Promotoria de Justiça de Espigão do Oeste, propôs ação civil pública, pedindo à reparação de danos ambientais e morais coletivos, segundo o MP a Cadeia Pública daquela região causou degradação ao meio ambiente.

De acordo com os dados que foram colhidos pelos Promotores de Justiça Tiago Lopes Nunes e Laíla de Oliveira Cunha, autores da ação, as fossas sépticas que guarnecem o Presídio de Espigão do Oeste não têm condições para suportar todo o material que é nela despejado, por consequência água contaminada e até mesmo dejetos humanos são lançados em via pública e no interior da unidade prisional. Constatou-se, ainda, que no local utiliza-se um poço como fossa séptica, fato que provocou a contaminação do lençol freático.

Ocorre que, além do mau uso dos recursos hídricos disponíveis e da poluição efetivamente comprovada, o MP constatou que a conduta do estado causou dano moral coletivo, pois submeteu os detentos, agentes penitenciários, visitantes e vizinhos da Unidade Prisional a uma situação absolutamente humilhante e insalubre, sendo todos eles obrigados a conviverem em meio ao mau cheiro, correndo risco iminente de contrair doenças em razão do contato direto com o esgoto.

O dano ambiental causado pelo Estado foi economicamente quantificado em R\$ 345.477,30 (trezentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e sete reais e trinta centavos), de acordo com parecer técnico lavrado por Engenheira Sanitarista do Centro de Apoio Operacional ao Meio Ambiente do Ministério Público de Rondônia.

Fonte: Assessoria. Edição: Redação